O DEPOIMENTO ESPECIAL E A EVITAÇÃO AO SUGESTIONAMENTO E ÀS MEMÓRIAS FALSAS

Túlio Leno Góes Silva¹⁶

RESUMO: O presente artigo pretende demonstrar a preocupação do operador do direito em relação ao depoimento de crianças e de adolescentes vítimas ou testemunhas em situação de violência. O trabalho também aborda temas relacionados à memória, estudados pela psicologia, de modo a demonstrar que os depoimentos de crianças e de adolescentes são susceptíveis à formação de memórias falsas e sugestionamentos. Por fim, será analisado o depoimento especial como técnica para evitar os problemas na colheita de depoimentos de crianças perante a autoridade policial e judiciária.

Palavras-chave: Processo penal. Investigação criminal. Depoimento de criança e adolescente. Falsas memórias. Depoimento especial previsto na Lei 12.431/2017.

1. A Lei 13.431/2017 e a Organização do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência

Em abril do ano de 2017, foi promulgada a Lei 13.431 que instituiu o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, além de criar mecanismos para prevenir e coibir a violência e estabelecer medidas de assistência e proteção à criança e ao adolescente em situação de violência¹⁷.

Segundo o art. 29 da referida lei, a *vacatio legis* foi estabelecida no prazo de 01 (um) ano, entrando em vigor no dia 05 de abril de 2018.

Ao se inaugurar o sistema de garantia da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, o legislador objetivou-se adequar o ordenamento jurídico brasileiro ao sistema de proteção internacional previsto na Resolução nº 20/2005 do ECOSOC – Conselho Econômico e Social das Nações Unidas¹⁸, e pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, recepcionada no ordenamento brasileiro por meio do Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990¹⁹.

1.1 Destinatários da Lei 13.431/2017

Segundo o parágrafo único da referida lei, a norma tem como destinatários as crianças e os adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, garantindo também, aplicação facultativa para as vítimas e as testemunhas de violência com idade entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos²⁰.

1.2 Formas de violência

Conforme disposto em seu artigo 4º, a Lei 13.341/2017 define quatro formas de violência, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, quais sejam:

16 Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Delegado de Polícia de Minas Gerais.

17 BRASIL, Lei 13.341/2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13431.htm

18 NAÇÕES UNIDAS, Conselho Econômico e Social, Resolução nº 20/2005 do ECOSOC. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/ecosoc/>

19 BRASIL, Decreto nº 99.710/1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm

20 Art. 3º, parágrafo único, da Lei 13.341/2017.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, são formas de violência:

I - violência física, entendida como a ação infligida à criança ou ao adolescente que ofenda sua integridade ou saúde corporal ou que lhe cause sofrimento físico;

II - violência psicológica:

a) qualquer conduta de discriminação, depreciação ou desrespeito em relação à criança ou ao adolescente mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal e xingamento, ridicularização, indiferença, exploração ou intimidação sistemática **bullying** que possa comprometer seu desenvolvimento psíquico ou emocional;

b) o ato de alienação parental, assim entendido como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este;

c) qualquer conduta que exponha a criança ou o adolescente, direta ou indiretamente, a crime violento contra membro de sua família ou de sua rede de apoio, independentemente do ambiente em que cometido, particularmente quando isto a torna testemunha;

III - violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda:

a) abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro;

b) exploração sexual comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico;

c) tráfico de pessoas, entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território

nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação;

IV - violência institucional, entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização.

Conforme se verá mais à frente neste trabalho, vale destacar que no tocante a última forma de violência, ou seja, a violência institucional, o legislador se preocupou em criar mecanismos que visam minimizar o efeito da revitimização em razão de atendimentos desconexos de crianças e de adolescentes submetidos a alguma forma de violência.

Sendo assim, uma das mais importantes providências para se evitar essa modalidade de violência, é a efetiva integração da rede de proteção. A rede de proteção é o conjunto articulado de ações, serviços e programas de atendimento, executados por órgãos e entidades que integram o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, destinados à proteção integral.

1.3 Formas de oitiva: a livre narrativa e a evitação dos sugestionamentos

Em relação à colheita dos fatos, o legislador também se preocupou em estabelecer como procedimento padrão a ser observado pelos órgãos que compõem a rede de proteção, a técnica de coleta de relatos livres, ou seja, técnica da revelação espontânea da violência.

Ao dispor expressamente sobre essa técnica, o legislador visou evitar a adoção da técnica de interrogatório sugestivo, comumente utilizada no meio forense e policial, para os casos envolvendo crianças e adolescentes em situação de violência. A técnica de coleta de relatos livres, segundo os protocolos normatizadores, deve priorizar a livre narrativa da situação de violência, limitando o uso

de perguntas fechadas, evitando assim, perguntas sugestionáveis²¹.

1.4 Procedimentos para oitiva da criança ou adolescente

Um dos pontos mais importantes da novidade legislativa foi tratado em seu título terceiro, quando o legislador definiu os conceitos de escuta especializada e de depoimento especial. Assim, a depender do momento de atendimento à criança ou ao adolescente envolvido em situação de violência (física, psicológica, sexual e/ou institucional), o legislador definiu uma metodologia específica para garantir um atendimento mais protetivo.

1.4.1 Escuta especializada

Em seu artigo 7º, o legislador definiu escuta especializada como:

procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade.

A escuta especializada pretende estabelecer um atendimento mais humanizado e protetivo à criança e ao adolescente em situação de violência, evitando assim, a repetição desnecessária dos fatos violentos vividos, a qual fomenta a revitimização e, por conseguinte, a chamada violência institucional.

Importante destacar que, ainda no ano de 2017, a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos, publicou o documento “Parâmetros de escuta de crianças e adolescentes em situação de violência”, o qual visa orientar os profissionais da rede de proteção sobre a realização da escuta especializada, com ferramentas para padronizar

procedimentos. Dessa forma, vale a transcrição de parte do procedimento:

Ao profissional responsável pelo atendimento cabe assegurar o atendimento humanizado, mantendo uma postura de ouvinte atento e comprometido com o respeito aos direitos da criança e do adolescente. A abordagem deve ter foco nas possibilidades e potencialidades dos sujeitos, atentando às diversas formas de comunicação e expressão possíveis, sem julgamentos morais e estigmatizantes ou qualquer forma de discriminação, em função de idade, sexo, orientação sexual, deficiência, etc.

O ambiente deve ser adequado, em termos de espaço físico, social, profissional e a relação interpessoal, proporcionando a privacidade sem intimidação, a individualidade e a confidencialidade, favorecendo a participação da criança e do adolescente.

O referido documento alerta que os profissionais da rede de proteção que realizam escuta especializada devem ter ciência de que o objetivo central do procedimento é o provimento dos cuidados de atenção, ou seja, tem um caráter essencialmente protetivo, não tendo nesse momento, caráter de produção de prova ou investigativo²². Nesse aspecto, tratando da colheita de informação de crianças e de adolescentes com fim de produção de prova, a Lei 13.431/2017 dispensou maior atenção ao procedimento do depoimento especial.

1.4.2 Depoimento especial

Consoante o art. 8º da Lei 13.431/2017, **“depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária”**.

Agora preocupado com a forma de produção de prova em casos envolvendo crianças e adolescentes, percebe-se que o legislador seguiu a mesma linha em tentar evitar ou reduzir

21 Ministério dos Direitos Humanos. Parâmetros de escuta de crianças e adolescentes em situação de violência. Item 43. Disponível em: <http://cedecainter.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Parametros-de-Escuta-de-Crianças-e-Adolescentes-em-situacao-de-violencia-2017.pdf>

22 Ministério dos Direitos Humanos. Parâmetros de escuta de crianças e adolescentes em situação de violência. Item 16. Disponível em: <http://cedecainter.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Parametros-de-Escuta-de-Crianças-e-Adolescentes-em-situacao-de-violencia-2017.pdf>

a revitimização da vítima, produzida pela colheita da prova em um inquérito policial ou ação penal.

Vale destacar que antes mesmo da publicação da Lei 13.431/2017, por volta do ano 2003, o desembargador José Antônio Daltoé Cezar, então juiz do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, no intuito de se evitar danos secundários às crianças e aos adolescentes que já tinham sofrido danos primários em decorrência da violência vivida, iniciou as discussões para implantação do chamado *“depoimento sem dano”*.

Em outros termos, o depoimento sem dano consiste na oitiva judicial de crianças e adolescentes que foram supostamente vítimas de crimes contra a dignidade sexual por meio de um procedimento especial que consiste no seguinte: a criança ou o adolescente fica em uma sala reservada, sendo o depoimento colhido por um técnico (psicólogo ou assistente social), que faz as perguntas de forma indireta, por meio de uma conversa em tom mais informal e gradual, à medida que vai se estabelecendo uma relação de confiança entre ele e a vítima. O juiz, o Ministério Público, o réu e o Advogado/Defensor Público acompanham, em tempo real, o depoimento em outra sala, por meio de um sistema audiovisual que grava e transmite a conversa do técnico com a vítima.

Analisando um caso em que utilizou-se o referido procedimento de colheita de prova, no ano de 2015, no julgamento do RHC 45.589/MT, o Superior Tribunal de Justiça entendeu como válida, nos crimes sexuais contra criança e adolescente, a inquirição da vítima na modalidade do *“depoimento sem dano”*, em respeito à sua condição especial de pessoa em desenvolvimento. Dessa maneira:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. OITIVA DA VÍTIMA MEDIANTE “DEPOIMENTO SEM DANO”. CONCORDÂNCIA DA DEFESA. NULIDADE. INEXISTÊNCIA.

1. Esta Corte tem entendido justificada, nos crimes sexuais contra criança e adolescente, a inquirição da vítima na modalidade do “depoimento sem dano”, em respeito à sua condição especial de pessoa em

desenvolvimento, procedimento admitido, inclusive, antes da deflagração da persecução penal, mediante prova antecipada (HC 226.179/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 08/10/2013, DJe 16/10/2013).

2. A oitiva da vítima do crime de estupro de vulnerável (CP, art. 217-A), em audiência de instrução, sem a presença do réu e de seu defensor não inquina de nulidade o ato, por cerceamento ao direito de defesa, se o advogado do acusado aquiesceu àquela forma de inquirição, dela não se insurgindo, nem naquela oportunidade, nem ao oferecer alegações finais.

3. Além da inércia da defesa, que acarreta preclusão de eventual vício processual, não restou demonstrado prejuízo concreto ao réu, incidindo, na espécie, o disposto no art. 563 do Código de Processo Penal, que acolheu o princípio *pas de nullité sans grief*. Precedentes.

4. A palavra da vítima nos crimes contra a liberdade sexual, que geralmente são praticados na clandestinidade, assume relevantíssimo valor probatório, mormente se corroborada por outros elementos (AgRg no AREsp 608.342/PI, Rel. Ministro WALTER DE ALMEIDA GUILHERME (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), QUINTA TURMA, julgado em 03/02/2015, DJe 09/02/2015).

5. No caso, além do depoimento da vítima, o magistrado sentenciante, no decreto condenatório, considerou o teor dos testemunhos colhidos em juízo e o relatório de avaliação da menor realizado pelo Conselho Municipal para formar seu convencimento.

6. Recurso ordinário desprovido. (RHC 45.589/MT, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 24/02/2015, DJe 03/03/2015)

A Lei 13.431/2017 regulamentou o instituto dentre os seus artigos 8º ao 12, dos quais também vale a transcrição:

Art. 8º Depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.

Art. 9º A criança ou o adolescente será resguardado de qualquer contato, ainda que visual, com o suposto autor ou acusado, ou com outra pessoa que represente ameaça, coação ou constrangimento.

Art. 10. A escuta especializada e o depoimento especial serão realizados em local apropriado e acolhedor, com infraestrutura e espaço físico que garantam a privacidade da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência.

Art. 11. O depoimento especial reger-se-á por protocolos e, sempre que possível, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado.

§ 1º O depoimento especial seguirá o rito cautelar de antecipação de prova:

I - quando a criança ou o adolescente tiver menos de 7 (sete) anos;

II - em caso de violência sexual.

§ 2º Não será admitida a tomada de novo depoimento especial, salvo quando justificada a sua imprescindibilidade pela autoridade competente e houver a concordância da vítima ou da testemunha, ou de seu representante legal.

Art. 12. O depoimento especial será colhido conforme o seguinte procedimento:

I - os profissionais especializados esclarecerão a criança ou o adolescente sobre a tomada do depoimento especial, informando-lhe os seus direitos e os procedimentos a serem adotados e planejando sua participação, sendo vedada a leitura da denúncia ou de outras peças processuais;

II - é assegurada à criança ou ao adolescente a livre narrativa sobre a situação de violência, podendo o profissional especializado intervir quando necessário, utilizando técnicas que permitam a elucidação dos fatos;

III - no curso do processo judicial, o depoimento especial será transmitido em tempo real para a sala de audiência, preservado o sigilo;

IV - findo o procedimento previsto no inciso II deste artigo, o juiz, após consultar o Ministério Público, o defensor e os assistentes técnicos, avaliará a pertinência de perguntas complementares, organizadas em bloco;

V - o profissional especializado poderá adaptar as perguntas à linguagem de melhor compreensão da criança ou do adolescente;

VI - o depoimento especial será gravado em áudio e vídeo.

§ 1º À vítima ou testemunha de violência é garantido o direito de prestar depoimento diretamente ao juiz, se assim o entender.

§ 2º O juiz tomará todas as medidas apropriadas para a preservação da intimidade e da privacidade da vítima ou testemunha.

§ 3º O profissional especializado comunicará ao juiz se verificar que a presença, na sala

de audiência, do autor da violência pode prejudicar o depoimento especial ou colocar o depoente em situação de risco, caso em que, fazendo constar em termo, será autorizado o afastamento do imputado.

§ 4º Nas hipóteses em que houver risco à vida ou à integridade física da vítima ou testemunha, o juiz tomará as medidas de proteção cabíveis, inclusive a restrição do disposto nos incisos III e VI deste artigo.

§ 5º As condições de preservação e de segurança da mídia relativa ao depoimento da criança ou do adolescente serão objeto de regulamentação, de forma a garantir o direito à intimidade e à privacidade da vítima ou testemunha.

§ 6º O depoimento especial tramitará em segredo de justiça.

Outro ponto que vale ser destacado, é que nos termos do art. 11, da Lei 13.431/2017, o depoimento especial, sempre que possível, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de provas judicial, garantida a ampla defesa do investigado.

Também nessa perspectiva, antes mesmo da edição da legislação supracitada, o Supremo Tribunal Federal já havia firmado entendimento de que é admissível a produção antecipada de provas, quando comprovada a urgência, relevância e a proporcionalidade da medida, em casos de violência sexual contra crianças:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VUNERÁVEL (ART. 217-A DO CP). PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS. INTELIGÊNCIA DO ART. 156, I, DO CPP. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. A instância ordinária, à luz das peculiaridades do caso (estupro de vulnerável cometido contra crianças de 10 e 8 anos de idade), apresentou fundamentação jurídica idônea para justificar a produção antecipada de provas, destacando a urgência, a relevância e a proporcionalidade da medida, nos termos do art. 156, I, do Código de Processo Penal. Não há, portanto, vício de fundamentação. 2. Ademais, qualquer conclusão desta Corte acerca da desnecessidade da medida antecipatória seria necessário o revolvimento de fatos e provas, o que não é admitido em sede habeas corpus. 3. Por fim, não se pode afirmar que tal medida cautelar implique

constrangimento ilegal ao direito de locomoção do recorrente, sanável via habeas corpus. Isso porque, se oferecida denúncia, poderá o acusado, com observância ao devido processo legal, sustentar suas teses e produzir provas de suas alegações, as quais serão oportunamente examinadas. Nada impede, inclusive, que a defesa postule a repetição da prova oral produzida. 4. Recurso ordinário não conhecido. (RHC 121494, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, julgado em 04/11/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-028 DIVULG 10-02-2015 PUBLIC 11-02-2015)

Necessário frisar que a legislação foi além dos requisitos necessários previstos na assentada jurisprudência, determinando, em seu artigo 11, parágrafo primeiro, a obrigatoriedade do rito cautelar de antecipação de prova do depoimento especial, quando a criança tiver menos de 07 (sete) anos e em caso de violência sexual.

Por fim, mesmo não tendo estabelecido expressamente o psicólogo como o profissional responsável pela realização do depoimento especial, o Conselho Federal de Psicologia, através da Nota Técnica nº 1/2018/GTEC/CG²³, posicionou-se em relação ao depoimento especial, expondo as seguintes recomendações:

A psicóloga e o psicólogo não participem da inquirição de crianças por meio do depoimento especial.

Em caso de solicitação do depoimento especial realizado por outros profissionais, a psicóloga e o psicólogo poderão participar de entrevistas anteriores durante as quais deverá garantir, por meio dessa escuta, o direito da criança ficar em silêncio ou de falar, se essa for a sua vontade.

A psicóloga e o psicólogo, como parte integrante da equipe multidisciplinar do judiciário, de acordo com o previsto no ECA, forneça subsídios por escrito, por meio de laudos, ou verbalmente em audiência nos casos por eles avaliados.

A psicóloga e o psicólogo desenvolvam trabalhos sempre orientados pela lógica

da proteção integral da criança e do adolescente, avaliando o caso e não apenas o relato de menores de idade.

A psicóloga e o psicólogo, em sua intervenção, utilizem referencial teórico, técnico e metodológico reconhecidamente fundamentado na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional, de acordo com a especificidade de cada caso.

A psicóloga e o psicólogo realizem sua intervenção em espaço físico apropriado que resguarde a privacidade dos atendidos e possibilite a garantia do sigilo profissional.

A psicóloga e o psicólogo considerem o Código de Ética da categoria, entre outras resoluções, levando sempre em consideração a não violação dos Direitos Humanos.

2. O que é memória?

Ultrapassada a primeira parte do trabalho, a partir de então, serão analisados aspectos da memória humana, de modo a dar fundamento teórico para se chegar ao ponto nevrálgico do presente estudo, ou seja, de se estudar a preocupação do legislador em estabelecer novas técnicas de oitiva de crianças e de adolescentes, visando evitar a ocorrência de memórias falsas.

Segundo Myers, *“memória é a aprendizagem que persistiu ao longo do tempo, através da codificação, armazenamento e recuperação da informação”*²⁴. Os psicólogos decompõem a memória em modelos, para melhor explicar como o cérebro forma e recupera memórias.

Como citado acima, os modelos de processamento de informação envolvem três etapas: conduzir a informação ao nosso cérebro (codificação); reter a informação (armazenamento); e mais tarde, resgatar a informação (recuperação).²⁵

Para explicar o processo de formação da memória humana, MAYERS, citando Richard Atkinson e Richard Shiffrin (1968), propõe um modelo de três estágios: primeiro, registramos as informações lançadas a serem lembradas como uma memória sensorial passageira; a

23 Nota técnica sobre os impactos da Lei 13.431/2017 na atuação das psicólogas e dos psicólogos. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/NOTA-TECNICA-N%C2%BA-1_2018_GTEC_CG.pdf

24 MAYERS, David G. Psicologia / David G. Myers, C. Nathan DeWall; tradução Cristina de Assis Serra e Luiz Cláudio Queiroz de Faria. 11. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017, p. 266.

25 MAYERS, David G. Psicologia / David G. Myers, C. Nathan DeWall; tradução Cristina de Assis Serra e Luiz Cláudio Queiroz de Faria. 11. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017, p. 267.

partir dela, processamos as informações em um compartimento de memória de curto prazo, onde ela é codificada por reiteração; finalmente, as informações passam para a memória de longo prazo, para serem recuperadas posteriormente.²⁶

a. Codificação da memória

Grosso modo, codificação pode ser entendida como o processamento de informações dentro do sistema de memória²⁷. Ocorre que esse processamento pode ocorrer de forma empenhada ou automática, o que os estudiosos denominam processamento empenhado consciente e processamento automático.

Segundo Myers:

codificamos as memórias explícitas (fatos e experiências que podemos saber e declarar conscientemente – memória declarativa) através do processamento empenhado consciente. Por trás dos panos, outra informação pula a via de codificação consciente e embarca diretamente no armazenamento. Esse processamento automático, que acontece sem nossa consciência, produz memórias implícitas (também chamadas de memórias não declarativas).

Nessa lógica, o referido autor explica que informações incidentais como espaço, tempo e frequência são processadas automaticamente, sem a necessidade do chamado processamento empenhado.

b. Armazenamento da memória

Conforme estudos realizados, a capacidade de armazenamento do cérebro humano para a memória a longo prazo é essencialmente ilimitada. As memórias ficam no cérebro, mas este distribui os componentes de uma memória por uma rede de locais. No entanto, nosso cérebro não armazena

as informações em locais identificados e precisos, como fazem as bibliotecas com os livros.

Os cientistas neurocognitivos constataram que os lobos frontais e o hipocampo são partes da rede cerebral dedicadas à formação da memória explícita. Muitas regiões do cérebro enviam informações para os lobos frontais para serem processadas. O hipocampo, com a ajuda das áreas do córtex circundantes, registra e guarda temporariamente elementos das memórias explícitas antes de movê-los para outras regiões do cérebro para armazenamento a longo prazo.

Para confirmar esse armazenamento das memórias, após removerem o hipocampo de um rato, três horas depois de ele apreender a localização de algum novo alimento saboroso, cientistas constataram que esse fato impediu a formação da memória de longo prazo. Já a remoção do hipocampo no prazo de 48 horas não impediu a lembrança da localização do alimento pelo rato.²⁸

c. Recuperação da memória

Após ultrapassar os passos de codificação e de armazenamento das memórias no cérebro, resta a importante tarefa de recuperar, ou seja, resgatar a informação.

Segundo Myers²⁹:

quando você codifica na memória uma informação, como o nome da pessoa sentada a seu lado na sala de aula, você associa isso a outras pequenas informações sobre o que há ao seu redor: humor, posição em que a pessoa está sentada, e assim por diante. Esses fragmentos podem funcionar como pistas de recuperação, pontos de fixação usados para cessar a informação principal quando você quiser recuperá-la mais tarde. Quanto mais pistas de recuperação você tiver, maiores chances de achar o caminho até a memória suspensa.

26 MAYERS, David G. *Psicologia* / David G. Myers, C. Nathan DeWall; tradução Cristina de Assis Serra e Luiz Cláudio Queiroz de Faria. Op. cit., p. 268

27 MAYERS, David G. *Psicologia* / David G. Myers, C. Nathan DeWall; tradução Cristina de Assis Serra e Luiz Cláudio Queiroz de Faria. Op. cit., p. 268

28 MAYERS, David G. *Psicologia* / David G. Myers, C. Nathan DeWall; tradução Cristina de Assis Serra e Luiz Cláudio Queiroz de Faria. 11. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017, p. 275.

29 MAYERS, David G. *Psicologia* / David G. Myers, C. Nathan DeWall; tradução Cristina de Assis Serra e Luiz Cláudio Queiroz de Faria. 11. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017, p. 275.

I. Esquecimento

Citando William James (1890, p. 680), Myers destaca que *“se lembrássemos de tudo, passaríamos a maior parte do tempo sofrendo tanto quanto se não lembrássemos de nada”*³⁰.

Não raras vezes, esquecemos e nos decepcionamos com nossa memória. E não somente esquecemos de coisas de um passado mais distante, como também esquecemos de coisas simples e bem próximas, como por exemplo, o local onde deixamos as chaves do carro etc.

No entanto, mesmo após a codificação adequada de uma informação importante, esse fato pode ser esquecido mais tarde. Nessa direção, Ebbinghaus (1885) criou a famosa curva do esquecimento, experimento que demonstrou que o caminho do esquecimento é inicialmente rápido e depois se estabiliza ao longo do tempo. Uma explicação para essa curva de esquecimento é a diminuição gradual da memória física.

Além do esquecimento, temos que ter em mente que a memória não é precisa. Segundo Hardt, *“quando reproduzimos uma memória, frequentemente substituímos a original por uma versão ligeiramente modificada”*.

A memória não é uma mera reconstrução do fato histórico, mas um processo criativo, manipulável e permeável por uma série de fatores internos e externos³¹. Quanto menos vezes você a utiliza, mais pura ela é³².

II. Erros de construção da memória

Mayers aponta em sua obra alguns fatores que influenciam muito na construção da memória. Nesse sentido, elenca que a informação enganosa, a imaginação e a amnésia de fonte influenciam a construção da memória, sendo difícil distinguir se uma lembrança é real ou falsa.

Quanto ao fato do efeito da informação enganosa e da imaginação, estudos revelaram que pessoas formaram falsas memórias, incorporando detalhes equivocados, após receberem informações erradas depois de um evento ou depois de imaginarem e ensaiarem repetidamente alguma coisa que jamais aconteceu. Myers, citando o experimento demonstrou a ocorrência do efeito da informação enganosa.

Em um experimento clássico com John Palmer, Loftus mostrou um filme de um acidente de trânsito a um grupo de pessoas e perguntou-lhes o que tinham visto. Ao serem perguntadas sobre a velocidade dos carros no momento em que se arrebentaram, as velocidades presumidas eram maiores do que quando a pergunta era feita da seguinte forma: “Qual a velocidade dos carros quando colidiram?” Uma semana depois os pesquisadores perguntaram aos observadores se eles se lembravam de ter visto algum vidro quebrado no filme. Os que foram questionados com a palavra “arrebentaram” responderam, duas vezes mais, que sim, que eles haviam visto vidro quebrado. O fato é que não havia nenhum vidro quebrado.³³

No experimento relatado acima, é fácil perceber o quanto os entrevistados ficaram sugestionáveis com o modo em que as perguntas foram feitas. Em vista disso, as pessoas ao receberem essas informações errôneas, incorporaram em sua construção da memória.

Quanto à amnésia da fonte, também chamada de atribuição errônea da fonte, por ser ela uma das partes mais frágeis da memória, quando montamos uma memória durante a recuperação, podemos atribuí-la à fonte errada. Esse fator que influencia na construção da memória, explica como podemos reconhecer alguma, mas podemos não ter ideia de onde a vimos. Explica

30 MAYERS, David G. Psicologia / David G. Myers, C. Nathan DeWall; tradução Cristina de Assis Serra e Luiz Cláudio Queiroz de Faria. 11. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017, p. 275.

31 BADARÓ, Tatiana Maria Baptista. Neurociência e a palavra da vítima de crime sexual no processo penal brasileiro: o problema da (in)validade do relato infantil a partir da obra de Neil Levy. Revista de Estudos Criminais, n. 62, julho/setembro 2016, páginas 131 – 158. p. 137.

32 MAYERS, David G. Psicologia / David G. Myers, C. Nathan DeWall; tradução Cristina de Assis Serra e Luiz Cláudio Queiroz de Faria. 11. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017, p. 287.

33 MAYERS, David G. Psicologia / David G. Myers, C. Nathan DeWall; tradução Cristina de Assis Serra e Luiz Cláudio Queiroz de Faria. 11. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017, p. 287.

também o fenômeno do *déjà vu*, e também o fato de que muitos escritores e compositores, ocasionalmente acham que uma ideia surgiu de sua própria imaginação criativa quando, na verdade, estão inadvertidamente plagiando algo que leram ou ouviram antes³⁴.

Assim, pode-se concluir que, considerando que memória é uma reconstrução, e não uma reprodução dos fatos passados, não se pode ter certeza de que uma lembrança seja real pela maneira como a sentimos.

3. Falsas memórias e recordações de abuso sexual de crianças

Após demonstrar que as memórias são propensas a uma gama de fatores que modificam a reconstrução dos fatos passados, conseqüentemente, não há como negar que o relato de crianças sobre abuso sexual pode sofrer os mesmos reflexos das falsas memórias.

Ao demonstrar o perigo da criação de memórias falsas em crianças, Myers³⁵ destaca um experimento realizado por Ceci e Maggie Bruck, que demonstra exatamente o potencial de criação de um falso-positivo, através de uma inquirição não adequada com crianças. Nessa direção, vale transcrever o estudo:

em um estudo, crianças escolheram uma carta de baralho ilustrando acontecimentos possíveis; um adulto então lia a carta. Por exemplo: Pense bem e me conte se isso já aconteceu com você. Você lembra de ter ido a um hospital com uma ratoeira presa no dedo? Após dez entrevistas semanais, com o mesmo adulto repetidamente perguntando para as crianças sobre vários eventos reais e fictícios, um outro adulto fazia a mesma pergunta. O impressionante resultado: 58% dos pré-escolares produziram falsas histórias em relação a um ou mais eventos nunca vivenciados, como a deste menininho.

Citando outro experimento, Ceci e Maggie Bruck (1993, 1995)

pediram a crianças de 3 anos para mostrar, em bonecas anatomicamente corretas, onde o pediatra as havia tocado. Cinquenta e cinco por cento das crianças que não haviam recebido esse tipo de exame apontaram para a genitália ou para a região anal.

Segundo os referidos estudiosos, as pesquisas os levaram a temer a possibilidade de falsas alegações por parte de crianças envolvidas em situação de abuso.

Um argumento que justifica a suscetibilidade de criação de falsas memórias por crianças, reside no fato de que seus lobos frontais não amadureceram plenamente. De acordo com estudo da medicina, e conforme já pontuado neste trabalho, os lobos frontais, juntamente com o hipocampo, formam a rede que processa e armazena as memórias explícitas.

Segundo Leandro da Fonte Feix e Giovanni Kuckartz Pergher:³⁶

Diversas pesquisas sobre o funcionamento da memória têm mostrado que ao vivenciar uma situação, as pessoas focam apenas alguns aspectos do evento. Logo, não armazenam na memória todas as partes (informações) dessa situação. Assim, ao recordar as informações sobre o fato que realmente estão registradas, é impossível lembrar todos os detalhes que ocorreram. Conseqüentemente, os indivíduos podem acrescentar novas informações às lembranças, ou seja, falsas memórias.

4. O depoimento especial como modelo para evitar o sugestionamento e as memórias falsas

Considerando que o depoimento de pessoas em geral, sejam elas adultas ou crianças, testemunhas ou vítimas, passa a ser um teste de memória para o evento em apuração, é

34 MAYERS, David G. Psicologia / David G. Myers, C. Nathan DeWall; tradução Cristina de Assis Serra e Luiz Cláudio Queiroz de Faria. 11. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017, p. 288.

35 MAYERS, David G. Psicologia / David G. Myers, C. Nathan DeWall; tradução Cristina de Assis Serra e Luiz Cláudio Queiroz de Faria. 11. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017, p. 289.

36 Falsas memórias: fundamentos científicos e suas aplicações clínicas e jurídicas / Lilian Milnitsky Stein. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 208.

exatamente na técnica de colheita de informações que o operador do direito deve se atentar, para buscar evitar ao máximo a produção de falsas memórias.

Em razão disso, o entrevistador, ou seja, o profissional que irá realizar a colheita do depoimento, ***“necessita lançar mão de estratégias para motivar e auxiliar o indivíduo a descrever o evento de interesse em detalhes e com maior precisão possível, pois, sem o seu esforço, provavelmente poucas informações serão obtidas”*** (Poole e Lamb, 1998).

Existem evidências científicas mostrando que a postura do entrevistador, bem como suas crenças e hipóteses a respeito do evento investigado, podem influenciar significativamente o comportamento da testemunha, podendo levar a distorções no depoimento (Ceci e Bruck, 1995).

É exatamente neste contexto que surgiu a ideia do depoimento especial, trazido na Lei 13.431/2017. Apesar da idade do depoente ser um fato que contribui para a formação de falsas memórias, as crianças podem ser testemunhas oculares precisas. ***“Se perguntadas sobre suas experiências em termos neutros que elas possam compreender, as crianças frequentemente lembram com precisão do que aconteceu e de quem fez o quê”*** (Goodman, 2006; Howe, 1997; Pipe, 1996). ***“Quando os entrevistadores usam técnicas menos sugestivas e mais efetivas, mesmo crianças de 4 ou 5 anos produzem relatos mais exatos”*** (Holliday & Albon, 2004; Pipe et al., 2004).

Segundo Mayers³⁷:

as crianças são especialmente precisas quando não falaram com os adultos envolvidos antes da entrevista e seus relatos são feitos na primeira vez que são interrogadas por uma pessoa neutra que não lhes faça perguntas tendenciosas.

Assim, conjugando a Lei 13.431/2017 com o documento do Ministério de Direitos Humanos (Parâmetros de escuta de crianças e adolescentes em situação de violência), o depoimento especial

foi desenvolvido com algumas técnicas que visam a melhor colheita dos relatos de crianças e de adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

Logo, fazendo um estudo conjunto dos diplomas supracitados que normatizam o depoimento especial, vale elencar suas principais diretrizes:

a) As crianças e os adolescentes deverão ser previamente consultados se concordam ou não em ser testemunha no processo judicial ou procedimento policial;

b) O depoimento especial deverá ser realizado o mais próximo possível do momento em que os fatos foram revelados;

c) Deve-se evitar repetição da oitiva da criança ou do adolescente e, sempre que possível e com a concordância desses, registrar a oitiva por meios audiovisuais;

d) O depoimento especial deverá ser centrado no modelo de entrevista forense orientado por um protocolo reconhecido pelos respectivos órgãos normatizadores e priorizar a livre narrativa da situação de violência, limitar o uso de perguntas fechadas e evitar perguntas sugestionáveis;

e) O depoimento especial deverá ser realizado em local apropriado e acolhedor, com infraestrutura e espaço físico que garantam privacidade da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violências;

f) O depoimento, nos casos definidos em lei, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado.

Conclusão

Os avanços legislativos e normatizadores, notadamente as normas trazidas na Lei 13.431/2017, demonstram que a sociedade está atenta para os equívocos em que os depoimentos de crianças e de adolescentes podem acarretar na colheita de provas em um procedimento

37 MAYERS, David G. Psicologia / David G. Myers, C. Nathan DeWall; tradução Cristina de Assis Serra e Luiz Cláudio Queiroz de Faria. 11. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017, p. 290.

penal. Assim, visando evitar a ocorrência de memórias falsas, o depoimento especial serve como um instrumento mais seguro do que os procedimentos e a colheita de informações de crianças e de adolescentes utilizados na prática forense e policial. ■

psicólogos. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/NOTA-TECNICA-N%C2%BA-1_2018_GTEC_CG.pdf

Referências

BADARÓ, Tatiana Maria Baptista. *Neurociência e a palavra da vítima de crime sexual no processo penal brasileiro: o problema da (in)validade do relato infantil a partir da obra de Neil Levy*. Revista de Estudos Criminais, n. 62, julho/setembro 2016, páginas 131 – 158.

BRASIL, Lei 13.341/2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13431.htm

BRASIL, Decreto nº 99.710/1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm

Falsas memórias: fundamentos científicos e suas aplicações clínicas e jurídicas / Lilian Milnitsky Stein. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Ministério dos Direitos Humanos. *Parâmetros de escuta de crianças e adolescentes em situação de violência*. Disponível em: <http://cedecainter.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Parametros-de-Escuta-de-Criancas-e-Adolescentes-em-situacao-de-violencia-2017.pdf>

MYERS, David G. *Psicologia / David G. Myers, C. Nathan DeWall; tradução Cristina de Assis Serra e Luiz Cláudio Queiroz de Faria*. 11. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

NAÇÕES UNIDAS, Conselho Econômico e Social. *Resolução nº 20/2005 do ECOSOC*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/ecosoc/>

Nota técnica sobre os impactos da Lei 13.431/2017 na atuação das psicólogas e dos